

Sistema de Proteção à Infância vira caso de Justiça em Friburgo

MPRJ aponta que município não tem registro dos atendimentos realizados

Por Leandra Lima

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) acionou a Justiça para que o município de Nova Friburgo implemente o Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (SIPIA) nos Conselhos Tutelares. Segundo o órgão, os atendimentos acontecem sem registro no sistema oficial, o que, segundo o MPRJ, compromete a produção de dados e a integração com a rede de proteção e a fiscalização das políticas públicas voltadas à infância e juventude.

Prazo solicitado

NA ação civil pública, ajuizada na última quinta-feira (9), o MP pede que, em 45 dias, a Prefeitura adote medidas para que o SIPIA integre os Conselhos, como: a aprovação de um plano de implementação com cronograma, metas, responsáveis e etapas claras; capacitação dos conselheiros; estruturação técnica; e início do uso obrigatório do sistema.

Para o Ministério Público, a situação é preocupante, pois leva a um quadro de invisibilização das vítimas, prejudicando o acompanhamento, a produção de dados e a fiscalização de órgãos públicos. “O perigo de dano é evidente e atual. A não utilização do SIPIA implica que os atendimentos realizados pelos Conselhos Tutelares continuem alijados (fora) do sistema nacional de informações, inviabilizando o adequado acompanha-



Arquivo Correio da Manhã

Promotoria pede que, em 45 dias, a Prefeitura adote medidas de implementação do sistema

mento das situações de risco envolvendo crianças e adolescentes, a produção de dados confiáveis para o planejamento de políticas públicas, a integração do Município ao Sistema de Garantia de Direitos e a fiscalização institucional pelo Ministério Público e demais órgãos de controle”, afirma parte do documento.

Caso o município não cumpra os requerimentos dentro do

prazo estipulado, está prevista multa diária de R\$ 1 mil. Em relação ao apresentado, a Prefeitura não respondeu aos questionamentos da reportagem até o fim desta edição.

Proteção à infância na mira

Essa não é a primeira ação do MPRJ que obriga o município a implantar ferramentas

para a proteção de crianças e adolescentes. Em março deste ano, foram ajuizadas duas ações contra Nova Friburgo exigindo a regularização da política municipal de proteção à infância. Na ocasião, foram apontadas a ausência de planejamento institucional da política de direitos da criança e do adolescente e a falta de estrutura de enfrentamento ao trabalho infantil.

Falta de comprovação

Foi constatado que o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e a Administração Pública municipal não concluíram, nem comprovaram documentalmente, a elaboração do Diagnóstico Socioterritorial, do Plano de Ação e do Plano de Aplicação, essenciais para o uso regular e transparente dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA).

A outra teve a ver com trabalho infantil no município. Em 2021, foi instaurado um procedimento administrativo para acompanhar medidas municipais voltadas à prevenção e erradicação do trabalho infantil. Porém, até 2026, o município não apresentou plano, protocolo, metas, cronograma, indicadores ou ações concretas voltadas ao combate ao trabalho infantil, descumprindo obrigações legais e constitucionais.

Na ocasião, a Prefeitura Municipal informou que instituiu o Comitê Municipal Intersetorial de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade e regulamentou a Coordenação Municipal do SIMASE (Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo). Em relação à política de erradicação do trabalho infantil, realizou adesão às Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (AEPETI) junto ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, em dezembro de 2025.

Vereadores cobram Prefeitura de Cantagalo por silêncio envolvendo investigações policiais

Por Leandra Lima

Um possível rombo de cerca de R\$ 1,35 milhão em contas da Prefeitura de Cantagalo, ligadas à Secretaria de Assistência Social, é alvo de investigações das polícias Civil e Federal. O caso, segundo vereadores do município, acende o alerta sobre transparência pública, já que a Casa Legislativa não foi comunicada oficialmente sobre a situação.

De acordo com o vereador Bernardo Goulart (Solidariedade), a Prefeitura alegou que o desvio dos recursos milionários se trata de um “golpe cibernético”. Ele criticou o silêncio do Executivo, ressaltando que as investigações já estavam ocorrendo há cerca de nove dias.

“De antemão, repúdio aqui a ação do Executivo em não fazer

contato com esta Casa no início dessa situação. Também por não conversar e explicar o problema, porque, mesmo que seja um golpe cibernético, como foi falado com a gente, era necessário que fôssemos comunicados. Isso só mostra o que a gente vem dizendo nas últimas tribunas. Esta Casa não está sendo tratada com a importância que deve ser. Esta Casa exige transparência e o nosso povo também exige”, disse em plenária.

Outro ponto ressaltado por Bernardo foi o fato do sigilo. “Dizer que o processo está em segredo de Justiça e que não poderia ter conversado, não consigo aceitar essa desculpa, porque somos membros do Poder Legislativo e temos a obrigação de fiscalizar quaisquer atos do Poder Executivo do município”, expressou.



Câmara de Cantagalo

Relatório deverá ser publicado ainda nessa semana

Diante do cenário, o presidente da Casa, Ocimar Merlim Ladeira (PRD), também criticou a falta de comunicação da Prefeitura. “Mes-

mo em sigilo das instâncias policiais, poderia ter comunicado esta Casa, por se tratar de verbas públicas”, ressaltou.

Além disso, lembrou que já houve um caso parecido no município, envolvendo a mesma pasta. “Já aconteceu uma vez na Assistência Social, o que foi apresentado é que foi um desvio da própria entidade que administra o dinheiro, não do município”, comentou.

As investigações seguem em sigilo, e ainda não há informações sobre o que poderia ter ocorrido. Em plenária, Ocimar informou que o prazo para a finalização do inquérito é esta semana. “Até terminar o inquérito, não podemos falar muito, porque é uma coisa em que você não tem como acusar ninguém ainda”, enfatizou.

A reportagem questionou a Prefeitura de Cantagalo, mas não obteve respostas até o fechamento desta edição.